

DISTRITO FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

**1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2007 – CGDF, nos
termos do Padrão nº 14/2002 – Prorrogação de prazo.
Processo nº 017.000.758/2007**

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF**, com sede no SRTVS Q. 701, Bloco K, Térreo, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por Roberto Eduardo Giffoni, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 62121 – OAB/RJ, inscrito no CPF sob nº 777.945.167-49, na qualidade de Corregedor-Geral do Distrito Federal, com delegação de competência prevista no Regimento Interno da CGDF, aprovado pelo Decreto nº 24.582, de 11.4.2004, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – FUNAP**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede no SIA Trecho 08 Lotes 170/180, Brasília - DF, CNPJ nº 03.495.108/0001-90, representada neste ato por Ricardo José Alves, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 8080 – OAB/DF, inscrito no CPF sob o nº 262.073.621-87, na qualidade de Presidente, com delegação de competência prevista no art. 12 do Estatuto da FUNAP/DF, aprovado pelo Decreto nº 10.144, de 19/2/1987, e alterado pelo Decreto nº 27.990, de 29/5/2007.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Termo Aditivo objetiva a:

I - prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93, pelo período compreendido de 21/11/2008 á 20/11/2009.

II – alteração do valor do Contrato estipulado na Cláusula Quinta, conforme segue:

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 279.940,80 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e quarenta reais e oitenta centavos), que correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da **CONTRATANTE**.

5.2 – A **CONTRATANTE** pagará mensalmente a **CONTRATADA**, o valor máximo de R\$ 23.328,40 (vinte e três mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta centavos), correspondente à prestação dos serviços por até 20 (vinte) sentenciados.

III - alteração da Cláusula Décima com a inclusão dos itens a seguir:

10.15 – é de responsabilidade da **CONTRATADA**, ao selecionar sentenciado para prestar serviço junto a **CONTRATANTE** solicitar do mesmo a Declaração de Auxílio Transporte que deverá ser acompanhada do comprovante de residência, no caso de sentenciado em regime aberto. No caso de sentenciado residente no Centro de Progressão Penitenciária, fica dispensada a apresentação do comprovante de residência;


10.16 – entregar mensalmente a **CONTRATANTE** cópia dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais dos sentenciados que prestam serviço para a **CONTRATANTE**.

IV – inclusão da Cláusula Décima Nona – Das Disposições Finais com a redação abaixo:

Cláusula Décima Nona – Das Disposições Finais

As faltas não justificadas dos sentenciados serão descontadas na forma a seguir:

- a) quando o sentenciado faltar de um a quatro dias úteis serão descontados os dias de falta,
- b) quando o sentenciado faltar cinco dias úteis serão descontados os dias de falta mais o sábado e o domingo e o mesmo será desligado do contrato,

Roberto Eduardo Giffoni 

c) na semana que houver feriado, se o sentenciado faltar todos os dias úteis serão descontados os dias de falta, o feriado, o sábado e o domingo e o mesmo será desligado do contrato.

Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura, operando-se a prorrogação a partir de 21 de novembro de 2008 a 20 de novembro de 2009, inclusive os efeitos financeiros.

Cláusula Quarta – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

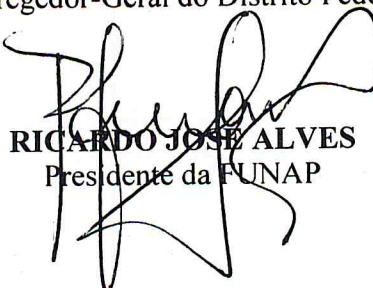
Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, 20 de novembro de 2008.


ROBERTO EDUARDO GIFFONI
Corregedor-Geral do Distrito Federal


RICARDO JOSÉ ALVES
Presidente da FUNAP

TESTEMUNHAS:


RICARDO TEIXEIRA DESTORD
CPF: 553.691.387-53

Nome: _____
CPF: _____